



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**FRANCISCO CLÉSIO MEDEIROS DANTAS DE ARAÚJO**

**EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E DESENVOLVIMENTO  
HUMANO: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS**

**CATOLÉ DO ROCHA/PB**

**2014.2**

**FRANCISCO CLÉSIO MEDEIROS DANTAS DE ARAÚJO**

**EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E DESENVOLVIMENTO  
HUMANO: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS**

Monografia de conclusão de curso apresentada à coordenação do curso de especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas e Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito para a obtenção do grau de especialista.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Ma. Maria Fernandes Praxedes

**CATOLÉ DO ROCHA/PB**

**2014.2**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658e Araújo, Francisco Clésio Medeiros Dantas de.  
Educação pública de qualidade e desenvolvimento humano  
[manuscrito] : perspectivas brasileiras / Francisco Clésio Medeiros  
Dantas de Araújo. - 2014.  
41 p.

Digitado.

Monografia (Teoria da História e Metodologia do Ensino da  
História EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de  
Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Maria Fernandes Praxedes, Letras e  
Humanidades".

1. Educação. 2. Economia. 3. Sociedade. 4.  
Desenvolvimento humano. I. Título.

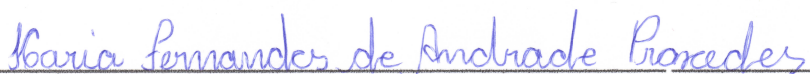
21. ed. CDD 371

**FRANCISCO CLÉSIO MEDEIROS DANTAS DE ARAÚJO**

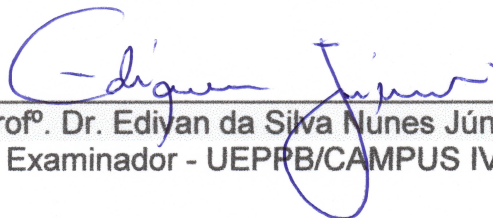
**EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E DESENVOLVIMENTO  
HUMANO: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS**

Monografia de conclusão de curso apresentada à coordenação do curso de especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas e Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito para a obtenção do grau de especialista.

**Aprovada em: 06/12/2014**



Profª Ma. Maria Fernandes de Andrade Praixedes  
Orientadora - UEPPB/CAMPUS IV



Profº. Dr. Edivan da Silva Nunes Júnior  
Examinador - UEPPB/CAMPUS IV



Profº Me. Francisco Ademilton Vieira Damasceno  
Examinador - UEPPB/CAMPUS IV

**Para minha Mãe,  
pela educação que recebi.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, pela sua força de criação, a dádiva da vida e por me iluminar em todos os meus caminhos.

Agradeço a minha família que sempre foi o meu porto seguro para minha formação humana.

Agradeço a todos os professores e professoras do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação, oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que durante nossa jornada sempre nos guiaram para o caminho certo, nos motivando diante dos obstáculos e preparando-nos para conseguirmos nossos objetivos.

Agradeço em especial a minha orientadora deste trabalho, a grandiosa professora Maria Fernandes Praxedes, que com zelo e dedicação, sempre me orientou da melhor forma possível. Agradeço também aos meus colegas da especialização, companheiros nessa produtiva jornada.

Agradeço aos meus alunos de hoje, de antes e os do futuro. Pela oportunidade de juntos construirmos o conhecimento geográfico.

“As escolas públicas são os alicerces da grandeza de um país”

[Frank Marshall]

## RESUMO

A relação direta entre a qualidade da educação pública oferecida ao povo de uma nação e as possibilidades que isso implica para o desenvolvimento humano precisa ser discutida em países emergentes. Percebe-se que nos países desenvolvidos há também uma elevada escolaridade de boa qualidade. Por outro lado, nos países subdesenvolvidos a população não dispõe de uma boa qualidade no sistema educacional e o índice de desenvolvimento humano é menor. O Brasil por ser um país emergente, possui características dos dois grupos. Ficou evidenciado que o país precisa adotar reformas profundas em sua educação para garantir um pleno desenvolvimento futuro. Esse trabalho espera levantar os debates nas universidades e nas redes mantenedoras de ensino sobre o quadro do ensino básico das escolas públicas brasileiras. É apresentada a construção do território brasileiro com o seu resgate histórico para o entendimento de sua situação atual. Em seguida, mostra alguns indicadores educacionais e socioeconômicos nacionais e internacionais, onde é possível criar parâmetros para situar a realidade brasileira e questionar a situação presente. Por fim oferece possibilidades de melhorias para o quadro educacional do Brasil por meio de ações legais da sociedade civil organizada e debates governamentais que buscam atender as reivindicações dos movimentos sociais para elaborar políticas públicas educacionais.

**Palavras-chave:** Educação, economia, sociedade, desenvolvimento humano.



## **ABSTRACT**

The direct relationship between the quality of public education offered to the people of a nation and the possibilities that this implies for human development needs to be discussed in emerging countries. It is noticed that in developed countries there is also a high level of education of good quality. On the other hand, in developing countries the population does not have a good quality in the educational system and the human development index is lower. The Brazil to be an emerging country, has characteristics of both groups. It was evident that the country needs to adopt deep reforms in their education to ensure full future development. This work hopes to raise debates in universities and sponsors educational systems on the framework of basic education in Brazilian public schools. The construction of the Brazilian territory with its historic rescue for understanding your current situation appears. Then shows some educational indicators and national and international socioeconomic, where you can create parameters to situate Brazilian reality and question the present situation. Finally offers possibilities for improvements of the educational situation of Brazil through legal actions of civil society organizations and government debates seeking to meet the demands of the social movements to develop educational public politics.

**Keywords:** Education, economy, society, human development.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. O TERRITÓRIO BRASILEIRO E AS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÕES ATRAVÉS DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. INDICADORES EDUCACIONAIS BRASILEIROS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>21</b>
<b>3. POR UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL.....</b>	<b>31</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

Existe uma estreita relação entre os níveis de desenvolvimento das sociedades humanas com a escolarização dos povos. Percebe-se que nos países desenvolvidos (aqueles que possuem um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH muito elevado) há também uma elevada escolarização. Por outro lado, os países subdesenvolvidos (países que apresentam um IDH baixo ou médio) a população não dispõe de uma boa qualidade de vida. O Brasil é um país emergente, possui um IDH apenas elevado (para ser desenvolvido precisa ser muito elevado) e por isso apresenta características dos dois grupos. De acordo com o Almanaque Abril 2014, o Brasil apresentava a 7ª posição no Produto Interno Bruto (PIB), o que representa uma das maiores economias do mundo. No entanto, há uma grande concentração de renda, o que implica uma má distribuição do capital e, portanto, uma grande desigualdade social no país, ocupando a posição 84ª no IDH no ranking da Organização das Nações Unidas (ONU).

A desestrutura da educação pública pode explicar essas distorções entre esses dois índices. Nos *rankings* internacionais de qualidade na educação o Brasil apresenta as últimas posições. Desse modo pode-se perceber que não existe uma coincidência, mas sim uma consequência entre uma boa educação básica pública de alta qualidade com uma ótima qualidade de vida que a população irá usufruir. Partindo dessas considerações, a monografia será dividida em três capítulos. No capítulo um iremos analisar a situação da educação pública da Coreia do Sul, China, EUA, Finlândia, Chile, Brasil, comparando a relação entre escolaridade e educação entre eles. O capítulo dois tratará sobre dois problemas que possivelmente que pode ser resultado de uma carência educacional na estrutura de um país – a corrupção e o excesso do assistencialismo social. Por fim, o capítulo três irá mostrar os atuais investimentos feitos pelo governo brasileiro na educação pública e irá refletir sobre o que ainda precisa ser feito, destacando o papel fundamental da educação na redenção, libertação e desenvolvimento de um povo.

Percebe-se uma grande desestruturação da educação básica (níveis fundamental e médio) na educação pública no Brasil. Os governos não investem o suficiente, a família não cumpre seu papel, a sociedade marginaliza e a escola não pode resolver todos esses problemas sozinha. Precisa-se de uma revolução que

estabilize a situação presente para que no futuro possa ser construída uma sociedade melhor. Há uma diminuição nas matrículas nos cursos de licenciaturas justamente por causa do desinteresse dos alunos do ensino médio com a docência. Algo precisa ser feito para atrair profissionais que preencham a demanda essa importante área. Particularmente, ao escrever sobre esse tema, abordando perspectivas possíveis de melhorias, busco estímulo para continuar na carreira do magistério. A contribuição desse trabalho para a academia, escola, governos e a sociedade justifica-se em difundir as propostas que poderão ser empregadas para uma revolução na educação, a verdadeira revolução que o Brasil precisa.

Esse trabalho tem por objetivos analisar a relação entre uma educação pública básica de qualidade e o desenvolvimento humano de uma nação, analisar a construção do território brasileiro e as possibilidades de melhorias através do conhecimento, relacionar a escolaridade de um povo com a economia e a qualidade de vida da população e abordar as perspectivas para a educação pública brasileira propondo mecanismos de intervenção para melhoria na qualidade educacional.

No primeiro capítulo, apresentamos a construção do território brasileiro com o seu resgate histórico para o entendimento do presente. As contribuições de Santos (1994), Santos 2009 e Santos & Silveira (2008) foram fundamentais para essa construção.

O segundo capítulo mostra alguns indicadores educacionais e socioeconômicos nacionais e internacionais, onde é possível criar parâmetros para situar a realidade brasileira e questionar a situação atual.

O terceiro capítulo oferece possibilidades de melhorias para o quadro educacional do Brasil por meio de ações legais da sociedade civil organizada, debates governamentais e do autor Buarque (2011) que propõe uma revolução na educação do país.

## **1. O TERRITÓRIO BRASILEIRO E AS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÕES ATRAVÉS DO CONHECIMENTO**

O Brasil que se apresenta hoje foi edificado a partir da contribuição de vários povos, em diferentes épocas, com interesses específicos. A herança do povo brasileiro é constituída de dádivas e “maldições”, este último termo está sendo empregadas no sentido de adversidade que tange às questões negativas em relação a formação do povo e da sociedade brasileira, ou seja, aponta para a falta de progressão do desenvolvimento social

No momento atual a sociedade brasileira é responsável por aproveitar o que há de positivo e empreender uma cruzada para vencer o que ainda impede seu pleno desenvolvimento, e isso se estende a todos os direitos sociais, como saúde, educação, moradia, segurança, apenas para citar algumas prerrogativas garantidas pela Constituição Federal de 1988.

Partindo destes pressupostos, compreende-se que a educação é fundamentalmente importante para as inovações e mudanças no espaço geográfico, social, político e cultural. Dessa forma, é preciso relacionar o povo brasileiro, inserido no seu território de uso e as possibilidades de transformação de sua realidade. Sabe-se que o Brasil situa-se na condição de país colonizado, cujo processo de exploração nos séculos XVI a XIX motivou o subdesenvolvimento presente do país.

No entanto, vários países com passados similares ao do Brasil, e que antes eram menos desenvolvidos do que a nossa federação, promoveram uma revolução na educação, aumentando os investimentos e assegurando uma melhor qualidade do ensino público, e hoje apresentam melhores indicadores sociais do que os do povo brasileiro.

Para o país atingir um desenvolvimento humano muito elevado, e ser considerado desenvolvido, uma educação pública de alta qualidade precisa ser oferecida a todos os cidadãos de um país, com a exigência de resultados positivos. Sabe-se que a ciência avançada e a tecnologia de ponta surgem por meio de pesquisas avançadas em um excelente sistema educacional. O Brasil durante muito tempo foi apenas um exportador de produtos primários (matérias-primas, fontes de energia), que possuem baixo valor de mercado. Atualmente completou a transição para uma economia industrializada e de serviços. Mas ainda não consegue competir

com igualdade no comércio global com as potências industriais, como os EUA, Japão e países da Europa. O Brasil ainda precisa desenvolver muito o potencial de suas indústrias e serviços através das inovações tecnológicas para dispor de uma produção de alto valor agregado e disputar uma melhor posição frente a um mundo cada vez mais competitivo. O desenvolvimento industrial, econômico e social são possíveis se primeiro houver um forte desenvolvimento educacional.

José William Vesentini, doutor e livre-docente em Geografia, professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), importante autor da Geografia Crítica, defende que o antigo conceito de *Descobrimto do Brasil* deveria ser substituído pela ideia de *Formação do Território Brasileiro*. De acordo com ele, o país que existe hoje não se encontrava feito em 1500. O que havia era um território natural, com fronteiras não definidas, habitado por povos nativos sem uma unidade política central. “O Brasil somos nós – o povo, a sociedade ou a nação brasileira, com sua cultura, o seu território e as suas instituições” (VESENTINE, 2010, p.13).

A qualidade de vida de uma sociedade é medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número calculado pela média ponderada de dezenas de indicadores de três principais áreas: saúde, educação e economia e que varia de 0 (menor IDH) até 1 (maior IDH). Dados divulgados em 2013 pela Organização das Nações Unidas (ONU), mostram, por exemplo, a Eritreia, país do continente africano que possui um IDH considerado “baixo” de 0.381. O Paraguai, país vizinho ao Brasil, com um IDH de 0.676 é considerado de “médio” desenvolvimento humano. A Noruega, na Europa, ocupa a primeira posição do *ranking* de desenvolvimento humano, com um IDH “muito alto”, de 0.944. Já o Brasil, apesar de possuir um IDH considerado “alto”, de 0.744, encontra-se na posição 79<sup>a</sup>, atrás de países latino-americanos como Argentina (IDH 0.808, posição 49<sup>a</sup>) e Chile (IDH 0.822, posição 41<sup>a</sup>).

Para entender o será discutido ao longo deste trabalho, é importante compreender o conceito de Desenvolvimento Humano, proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como sendo:

um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de

desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. (...) O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, 2014, *website*)

Exemplos mundiais mostram que um povo que dispõe de uma grande quantidade de anos de escolaridade em uma educação de qualidade irá também apresentar uma boa economia, pequena desigualdade, mais acesso à saúde, segurança, enfim, uma melhor qualidade de vida. Em áreas de desenvolvimento humano muito elevado, o poder de consumo da população é maior, a distribuição da renda se dá de uma maneira mais igualitária, as taxas de mortalidade infantil são baixas, a expectativa de vida da população é alta, os índices de acidentes de trânsito, homicídios e criminalidade em geral são menores do que em áreas com baixo grau de desenvolvimento.

Dessa forma, quanto maior o desenvolvimento humano de um país maior é a expectativa e melhoria de vida de seu povo, e isso é consequência positiva de uma boa educação. Percebe-se que entre os países do mundo, aqueles que dispõem das melhores estruturas educacionais, como escolas públicas da educação básica de grande excelência e universidades de ótima qualidade, estão entre os mais desenvolvidos.

Santos e Silveira (2008) buscam analisar os elementos que se combinam em cada época e configuram o território brasileiro. A partir desse entendimento é possível a interpretação do uso desse território pela sociedade, bem como as possibilidades de construção socioespacial. “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. (...) A territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro”. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 19). O Brasil que existe hoje não foi formado por acaso, nem de uma hora para outra, mas por uma conjuntura de fatores estruturais que ao longo do tempo histórico resultou nessa constituição.

Na constituição regional do Brasil sempre houve desigualdades entre as regiões do país. Durante mais de 200 anos o Nordeste foi o centro econômico e político do Brasil. Mas o eixo de desenvolvimento foi deslocado para região Sudeste.

A ocupação do território aconteceu de forma gradual, os sertões foram sendo ocupados rumo ao interior, até que a última fronteira foi atingida, a floresta Amazônica. No início da colonização, a região Nordeste foi a primeira a ser ocupada, a partir do litoral e foi lá onde se desenvolveram as primeiras atividades econômicas: o extrativismo do Pau-Brasil e, em seguida, o cultivo da cana-de-açúcar. O Norte brasileiro prestigiou uma curta época de ascensão, com a extração do látex das seringueiras. Contudo, foi na região Centro-Sul (Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste) do país onde o desenvolvimento se consolidou devido a busca de metais preciosos nas Minas Gerais, a economia cafeeira e, principalmente, a atividade industrial no estado de São Paulo. De acordo com Santo e Oliveira:

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre os lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 21)

Embora a causa inicial do desenvolvimento regional esteja na economia, com os ciclos econômicos, a fixação do capital e a atração populacional em busca de emprego e renda; o desenvolvimento educacional de uma área torna-se um fato imprescindível para consolidar o pleno desenvolvimento. “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual”. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 20).

Os movimentos migratórios internos no Brasil mostram a realidade regional ao longo da segunda metade do século XX, onde determinadas áreas foram percebidas como atrativas ou repulsivas populacionais. A partir de 1950, mas principalmente na década de 1970, houve uma intensiva migração rural-urbana (êxodo rural). A explicação para isso não está apenas no fenômeno climático da seca, mas também por causa da mecanização do campo e da concentração fundiária das propriedades, o que gerou desemprego na zona rural, ao mesmo tempo em que estavam sendo oferecidos postos de trabalhos nas indústrias, na zona urbana. Também nesse



período ocorreu um intenso fluxo migratório da região Nordeste para a região Sudeste.

No entanto, o aumento na mecanização industrial e a saturação do mercado de trabalho obrigou entre os anos de 1970 a 1990 uma mudança do foco migratório. Dessa vez populações do Nordeste e do Sul começaram a se dirigir em direção à Amazônia. Já no decorrer dos anos 1990, mais uma vez o eixo migratório se altera. Já se observa uma “migração de retorno” de nordestinos que saem da região Sudeste e voltam para sua região de origem. Também nessa época a hierarquia urbana das cidades brasileiras mostra uma migração intrarregional, praticamente em todas as regiões do país, onde há uma migração para as cidades médias ou centros regionais que crescem e abrigam polos suficientes para atender a demanda e acalmar o deslocamento dos brasileiros no seu território nacional.

As desigualdades regionais brasileiras da atualidade ainda são nítidas, visto que ao mesmo tempo em que há um Nordeste ainda marcado por muita pobreza, altas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil, caracterizando-se como uma região problemática, vê-se um Centro-Sul (ou uma Região Concentrada em outra regionalização proposta por Milton Santos) com muito mais destaque. É lá que estão as cidades mais populosas e ricas do país, a maior concentração industrial e de serviços. E são nos estados das regiões Sudeste e Sul que se concentram as melhores universidades do país, os maiores centros de pesquisa para produção de ciência e tecnologia, que na atual fase do sistema capitalista são os principais responsáveis para o desenvolvimento socioeconômico de uma área, como podemos observar no mapa do Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM).

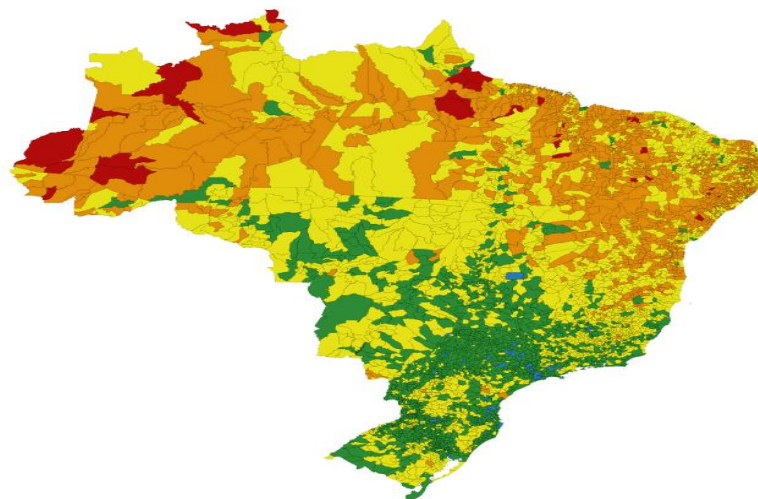


Figura 1: mapa do Índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDHM) do Brasil 2010 (disponível em <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-geral-2010.jpg>, acessado 25/9/2014)

No mapa do IDHM, feito com base no relatório do PNUD, pode-se observar as disparidades regionais no território brasileiro. As cores verde e azul indicam os municípios com os melhores indicadores socioeconômicos. Já as cores laranja e vermelho mostram os municípios que apresentam os piores indicadores socioeconômicos. Vesentini (2010) costuma definir a região Centro-Sul como “dinâmica”, a região Nordeste como “problemática”, e a Amazônia, ainda, como “isolada”. Além das diferenças entre as regiões, também é percebida as disparidades dentro das próprias regiões, que possuem heterogeneidades em um “todo” homogêneo, com desigualdades educacionais, e conseqüentemente sociais, mesmo em áreas consideradas “ricas”, como por exemplo o alto grau de favelização nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Diante desses fatores, que corroboram para uma análise entre as condições educacionais oferecidas e os níveis tecnológicos desenvolvidos, nota-se uma importante relação do acesso ao conhecimento com o progresso de um povo. No mundo atual três palavras-chave afirmam o poder de um povo que as dominam: “quantidade”, “qualidade” e “velocidade”; aplicadas às suas atividades produtivas (extrativismo, agricultura, pecuária, transportes, telecomunicações, serviços). Somente um sistema educacional bem elaborado pode gerar a consolidação do trabalho, como princípio do desenvolvimento de um território.

É importante ressaltar que os embasamentos legais para a grande abrangência do ensino público no Brasil, que se verifica na atualidade, se firmaram principalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9.394/1996, que define todas as modalidades e níveis que precisam ser estabelecidos, sendo complementadas pela Lei 12.061/2009 que assegura a universalização do ensino médio gratuito. Santos e Silveira (2008, p.230) comprovam a evolução desse processo:

O número de matrículas de ensino fundamental no Brasil cresceu 10,4 vezes entre 1940 e 1997. (...) Em 1971, apenas 17,6% da população entre 15 e 17 anos frequentavam as escolas de ensino médio. Essa proporção aumentou para 33,3% em 1980 e para 61,8% em 1997. (...) A partir dos anos 60 verifica-se uma explosão da matrícula de ensino superior, que

passa de 93.202 alunos para 1.377.296 em 1980 (crescimento de 14,8 vezes em 20 anos) e que abrange um leque diversificado de cursos.

A Terceira Revolução Industrial-Tecnológica e o meio técnico-científico-informacional foram os responsáveis pelas inovações e transformações cada vez mais constantes no espaço geográfico mundial. A partir dos anos 1990 o processo de Globalização se consolida, permitindo um maior fluxo de pessoas, capital, produtos, serviços e, principalmente, informação. O incremento de novas técnicas permitiu que o desenvolvimento e o progresso das sociedades ocorressem cada vez em maior quantidade, maior velocidade e melhor qualidade. Santos (1994) fala sobre o impacto do novo para as sociedades de cada época. Segundo ele, as gerações contemporâneas têm dificuldade para se relacionar com as descobertas, que até então julgavam acabadas. “Acelerações são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas para criar o novo” (SANTOS, 1994, p.15). E isto inclui a educação.

No caso brasileiro, a confirmação da abertura econômica no final do século XX garantiu intercâmbio de experiências com países desenvolvidos e suporte financeiro para investimentos no setor educacional através de organismos internacionais. Em qualquer análise na atualidade deve-se levar em consideração esse breve retrospecto histórico. Para o correto entendimento da situação recente da educação brasileira é importante o reconhecimento das contribuições anteriores que construíram as bases para edificação do sistema educacional e suas conexões com as mudanças e os avanços que ocorrem no cenário mundial, que se dão de forma cada vez mais rápidos e integrados.

Não se pode simplesmente comparar o Brasil de hoje com o país que existia no passado e afirmar que a situação educacional e socioeconômica está com um alto padrão. Deve-se analisar o Brasil de hoje com a situação educacional/social de outros países no tempo atual. A evolução da espécie humana é algo natural, haja vista que o progresso de um povo também acontece seguindo a lógica de espaço-tempo.

É inegável que as matrículas nos diversos níveis de ensino aumentaram significativamente no Brasil na transição do século XX para o século XXI, do 2º para o 3º Milênio. A sociedade brasileira do ano de 2014 é bem mais desenvolvida do que a sociedade brasileira dos anos 1990, por exemplo. No entanto, o desenvolvimento

do Brasil não acompanhou o desenvolvimento de certos países, sendo inclusive ultrapassado por muitos deles, por um diferencial: investimentos adequados para uma educação pública de qualidade garantida a todos os cidadãos de forma igualitária.

O debate sobre a atual situação da educação de base pública de qualidade no Brasil não parece ser um tema que desperta interesse entre muitos autores. No entanto o cidadão Cristovam Buarque, senador da república pelo Distrito Federal, não se apresenta apenas como um político, mas, também, como um professor e um importante autor que há várias décadas está empenhado na batalha de desenvolver o país através da educação. Dentre as suas propostas está a federalização da educação pública de base, com os níveis fundamental e médio sob a responsabilidade do governo federal. Com isso a aplicação dos recursos e a ação dos métodos poderiam implicar em resultados positivos.

Para apontar a realidade da educação pública no Brasil, ninguém melhor do que os professores que estão em efetivo exercício da função do magistério. Nesse sentido, é necessário que os professores também sejam autores de métodos qualitativos que direcionem os objetivos de uma reforma no sistema educacional, através de uma pesquisa-ação da realidade para que se possa intervir no meio. De acordo com Pereira (2011, p.33) “No campo da educação, pesquisar do ponto de vista dessa ênfase supõe buscar estratégias de mudança e transformação para melhorar a realidade concreta que se opera”. Com isso, as pesquisas realizadas por profissionais de educação devem ter respaldo para os mecanismos que serão aplicados para as propostas de melhorias na realidade.

Para Zeichner (2011) deve existir um contínuo intercâmbio entre o que está sendo produzido na academia e o que pode ser feito nas escolas. Não deve haver uma separação entre o professor pesquisador e o professor no magistério. Santos (2009) aponta o mito de uma Globalização nos fazem acreditar que funciona, mas que na realidade ainda existem muitos efeitos negativos desse processo, o que torna uma Globalização perversa com seus efeitos em uma sociedade desigual. Ele mostra ainda como uma globalização poderia acontecer de forma mais justa e humana através da justiça social entre os povos. A educação funciona como a base para a mudança dessa fundação.

As contribuições devem ser mútuas para que possa haver uma efetivação no resultado do processo. Santos (2008) defende que o território brasileiro tem uma

história formada por acontecimentos que ao mesmo tempo se contrapõem em diversos períodos, cujas contribuições de tempos distintos permitem o entendimento da atual situação do país. Por esse motivo existem “as discontinuidades que permitiriam explicar as diversidades regionais, aquilo que também se costuma chamar de desigualdades ou desequilíbrios regionais”. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 23).

Buarque (2011) em suas obras sobre a definição da educação pública atual e as possibilidades de ações que deveriam ser empregadas para que tenhamos uma efetiva mudança em nossa sociedade, aponta propostas viáveis que poderiam ser realizadas para o sucesso desse projeto. O autor supracitado, mostra que é sim possível melhorar o desenvolvimento humano de um povo a partir de uma melhoria na educação pública de base. Douglas & Gomes (2012) em seu livro *A Arte da Guerra para Professores: estratégias vencedoras para o exercício do magistério*, obra adaptada do clássico chinês do general Sun Tzu, abordam os desafios e reflexões que os professores precisam entender para a vitória das batalhas de todos os dias. O texto, escrito de professores para professores, mostra a difícil realidade da profissão no país e serve de motivação para quem deseja continuar na área.

Vale destacar que o desafio não será fácil, pois o exército dos profissionais de educação encarregados de preparar as crianças e os jovens para construir o futuro do país encontra-se indefeso diante de tanta responsabilidade e cobrança, sem o retorno e a valorização necessária, não só do ponto de vista do capital, mas acima de tudo, da realização profissional e humana.

Para que um problema grave que ameaça o desenvolvimento do país seja resolvido o primeiro passo é admitir a sua existência. A educação pública brasileira ocupa uma posição que está aquém do que seria uma educação de qualidade, cujos sujeitos envolvidos são reconhecidos e valorizados. É o que indica as avaliações internas e externas: os números mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); os menores salários recebidos por professores; baixo investimento por aluno; elevado número de analfabetos funcionais; baixa produção científica e tecnológica.

## 2. INDICADORES EDUCACIONAIS BRASILEIROS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO

Internamente os números do IDEB divulgados pelo Ministério da Educação, embora afirmem que vem cumprindo as metas, ainda apresenta uma grande distância em relação à média dos países desenvolvidos (6,0). No ano de 2013 ao atingir o IDEB 4,9, supera a meta que seria de 4,7. No entanto, no que se refere ao Brasil, pode-se questionar o qualitativo apresentado no quantitativo. Um exemplo disso é o baixo índice de analfabetismo (8,5%) e o alto indicador do analfabetismo funcional (18,3%). Por analfabetismo funcional entende-se aquele indivíduo que é considerado alfabetizado, mas não consegue interpretar um texto ou realizar simples cálculos matemáticos.

Somando-se as taxas de analfabetos e analfabetos funcionais temos hoje no Brasil o preocupante índice de 26,8% de cidadãos com mais de 15 anos com *déficit* de instrução. Um em cada quatro brasileiros possui prejuízos educacionais que dificultam ou impossibilita sua inserção produtiva no mercado de trabalho em bons empregos com altas remunerações. De acordo com o relatório *Education for All Global Monitoring Report 2014*, realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil é o oitavo país com a maior quantidade de analfabetos no mundo. Os dados apontam as seguintes estatísticas:

1. Índia: 287,4 milhões
2. China: 52,3 milhões
3. Paquistão: 49,5 milhões
4. Bangladesh: 44,1 milhões
5. Nigéria: 41,8 milhões
6. Etiópia: 26,8 milhões
7. Egito: 15,6 milhões
8. Brasil: 14,0 milhões
9. Indonésia: 12,8 milhões
10. Congo: 12,4 milhões

(Fonte: UNESCO, 2014).

Vesentini (2010) afirma que, apesar do número de desempregados no Brasil ser considerado relativamente baixo, cerca de 57% da população economicamente ativa brasileira encontra-se no setor informal. A informalidade muitas vezes causa prejuízo ao conjunto da economia, visto que muitos trabalhadores autônomos ou empregados não contribuem para previdência social e não pagam impostos e tributos devidos, o que gera menor arrecadação do governo, conseqüentemente menos investimentos do que poderia ser feito, e prejudica os próprios trabalhadores que ficam sem a proteção social adequada e sem os direitos trabalhistas.

Essa constatação pode ser atribuída à baixa escolarização do povo brasileiro, com altíssimas taxas de analfabetos funcionais, que sem uma mínima qualificação profissional não é capaz de conseguir bons empregos no mercado de trabalho que permitam estabilidade e alta renda.

A avaliação educacional é um instrumento importante para se diagnosticar a realidade e a intervenção adequada. De acordo com o INEP,

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. (INEP, 2014)

Uma interpretação apenas numérica pode mascarar a realidade do ensino público brasileiro. Embora o IDEB esteja atingindo a meta, existe uma grande diferença entre as dependências administrativas. Os indicadores das instituições de ensino particulares são bem maiores do que as instituições públicas, causando um abismo entre os que podem e os que não podem pagar por uma educação de melhor qualidade. Esse fato comprova que o serviço de educação pública no Brasil ainda precisa melhorar muito. É uma injustiça social contra as classes menos favorecidas, conforme se observa na tabela a seguir.

### Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
<b>Dependência Administrativa</b>										
<b>Estadual</b>	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
<b>Municipal</b>	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
<b>Privada</b>	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
<b>Pública</b>	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

### Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
<b>Dependência Administrativa</b>										
<b>Estadual</b>	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
<b>Municipal</b>	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
<b>Privada</b>	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3
<b>Pública</b>	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2

### Ensino Médio

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
<b>Total</b>	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
<b>Dependência Administrativa</b>										
<b>Estadual</b>	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
<b>Privada</b>	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
<b>Pública</b>	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.  
Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Figura 2: IDEB 2013 – resultados e metas. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2834168> (acessado em 23 de setembro de 2014)

Até a década de 1990 (com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN 9.394/1996), o Brasil havia priorizado os investimentos no setor industrial antes dos investimentos necessários na educação. Esse fato representou o caminho inverso que os países que se desenvolveram mais rápido seguiram. Um dado que serve de parâmetro para entender a situação atual da educação brasileira e como uma revolução educacional pode ajudar a melhorar os indicadores socioeconômicos da população é comparar as mudanças que ocorreram na Coreia do Sul, após os investimentos adequados na formação de seu povo:



Até por volta dos anos 1970 o Brasil era considerado bem mais desenvolvido ou avançado que a Coreia do Sul ou Cingapura. Mas de lá para cá muita coisa mudou, e hoje esses países possuem renda *per capita* e padrões de vida muito superiores aos do Brasil. São países que investiram muito na educação de qualidade, na tecnologia, no combate à corrupção e na política industrial a longo prazo e, hoje, são considerados praticamente economias desenvolvidas. (VESENTINI, 2010, p. 186)

Pode-se perceber a deficiência da educação brasileira também em avaliações internacionais. Um relatório mundial de indicadores educacionais, realizado com um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), denominado "*Education at a Glance*" (Olhar sobre a Educação) divulgado no ano de 2014 indica que a realidade educacional brasileira é preocupante. Nos principais *rankings* divulgados, o Brasil aparece nas últimas posições.

**Salário médio dos professores de ensino fundamental, em instituições públicas, em dólares, por ano (Fonte OCDE, 2014)**

1. US\$ 66.085: Luxemburgo	16. US\$ 29.151: Portugal
2. US\$ 50.007: Alemanha	17. US\$ 28.961: Nova Zelândia
3. US\$ 44.131: Dinamarca	18. US\$ 28.591: Coreia do Sul
4. US\$ 37.221: Austrália	19. US\$ 28.321: Inglaterra
5. US\$ 37.145: Canadá	20. US\$ 28.124: Escócia
6. US\$ 37.104: Holanda	21. US\$ 27.786: Itália
7. US\$ 36.333: Estados Unidos	22. US\$ 27.067: Japão
8. US\$ 36.268: Espanha	23. US\$ 27.006: Eslovênia
9. US\$ 34.484: Noruega	24. US\$ 26.247: França
10. US\$ 33.667: Bélgica	25. US\$ 25.672: Islândia
11. US\$ 33.602: Irlanda	26. US\$ 24.834: Turquia
12. US\$ 32. 587: Áustria	27. US\$ 19.680: Israel
13. US\$ 32.148: Finlândia	28. US\$ 18.718: Grécia
14. US\$ 30.695: Suécia	29. US\$ 17.770: Chile
15. US\$ 29.411 (média da OCDE)	30. US\$ 16.986: República Checa

- 31.US\$ 15.556: México
- 32.US\$ 11.828: Estônia
- 33.US\$ 11.388: Polônia
- 34.US\$ 10.992: Hungria
- 35.US\$ 10.644: Eslováquia
- 36.US\$ 10.375: **Brasil**
- 37.US\$ 1.560: Indonésia

Diante desses dados, não se pode ficar acomodado e achar que a valorização dos professores não contribui para o desenvolvimento da educação. Entre os países analisados, a penúltima colocação do Brasil preocupa. Principalmente por ficar muito atrás, em valores monetários, de outros países latino-americanos como o Chile e o México. No Brasil, muitos professores possuem carga horária de 60 horas semanais (ou mais) em busca de maiores rendimentos. Essa sobrecarga implica muitas vezes em menor qualidade no exercício da função, com menos tempo para planejamento, além do desgaste físico e mental. É preciso que o Brasil pense uma política educacional de valorização profissional, com melhores condições de trabalho e salários dignos. Uma saída, possivelmente viável para atender a esses critérios seria a dedicação exclusiva do professor.

Ainda de acordo com o relatório da OCDE, o Brasil investe pouco na educação por aluno. O país ficou em penúltimo no *ranking* de investimento governamental entre 35 países analisados, à frente apenas da Indonésia. Com um investimento anual *per capita* de US\$ 3.066, está muito atrás da média da OCDE que é de US\$ 9.487. Os investimentos brasileiros na educação pública também são inferiores que os da Turquia (US\$ 3.240), do México (US\$ 3.286) e da Hungria (US\$ 5.410). Os países que mais investem nos seus estudantes são Suíça (US\$ 16.090) e Estados Unidos (US\$ 15.345). No Brasil os investimentos são desiguais, a educação superior recebe mais recursos do que o ensino básico.

Outro *ranking* que classifica a qualidade geral da educação e cria parâmetros internacionais para analisar a situação real da educação brasileira é a Curva da Aprendizagem:

### Ranking internacional de educação

(dados da OCDE, Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (Pisa), Tendências Internacionais nos Estudos de Matemática e Ciência (Timms) e avaliações do Progresso no Estudo Internacional de Alfabetização e Leitura (Pirls).

1. Coreia do Sul	21. Noruega
2. Japão	22. Hungria
3. Cingapura	23. França
4. Hong Kong	24. Suécia
5. Filândia	25. Itália
6. Reino Unido	26. Áustria
7. Canadá	27. Eslováquia
8. Holanda	28. Portugal
9. Irlanda	29. Espanha
10. Polônia	30. Bulgária
11. Dinamarca	31. Romênia
12. Alemanha	32. Chile
13. Rússia	33. Grécia
14. Estados Unidos	34. Turquia
15. Austrália	35. Tailândia
16. Nova Zelândia	36. Colômbia
17. Israel	37. Argentina
18. Bélgica	38. <b>Brasil</b>
19. República Tcheca	39. México
20. Suíça	40. Indonésia

Fonte: The Learning Curve, 2014

O *ranking* acima sintetiza a classificação geral dos países no quesito educação básica. Para encerrar os números dos indicadores educacionais na comparação do Brasil com outros países do mundo, é importante destacar também a situação do ensino superior no Brasil. Em um ranking que classifica as 100 melhores universidades do mundo, feito pelo instituto britânico *Quacquarelli Symonds* (QS) edição 2014 e reproduzido pela revista Exame, o Brasil ficou de fora.

A Universidade de São Paulo (USP) é a melhor classificada, mas na posição 132º. O estudo leva em consideração dados sobre alunos, professores, intercâmbio e produção científica.

Não pode haver uma dissociação entre as universidades e as escolas de base, mas sim uma interação entre os diferentes níveis de ensino. Até algum tempo atrás os doutores das academias não se preocupavam com o trabalho docente nos níveis fundamental e médio. Em muitos países desenvolvidos a melhor educação básica é a pública. No Brasil, as melhores escolas ainda são as particulares.

Um dos maiores geógrafos brasileiros, Aziz Nacib Ab' Saber, livre-docente e catedrático da Universidade de São Paulo (USP), importante pesquisador da geografia física, mas que também se dedica incessantemente a função de educador, fala sobre a qualidade da educação pública brasileira, em entrevista na revista *Conhecimento Prático: Geografia*, de fevereiro de 2010. O Professor Ab' Saber diz que

O problema que afeta todos os níveis do Brasil é a educação (...) Não é possível falar de educação como alguns ministros, secretários e outros falam como se fosse uma única estratégia. Para melhorar a educação, é preciso melhorar o conhecimento real da população brasileira. (Ab' Saber, 2010, p. 38)

Para Ab' Saber, o conhecimento da realidade do povo brasileiro é algo complexo. Segundo ele, o sistema educacional do país não dispõe de escolas pré-primárias com qualidade adequada, para atender a maior parte das crianças de 3,5 anos de idade, período onde começa o desenvolvimento intelectual do indivíduo. O educador afirma também que existem problemas estruturais na sociedade brasileira de ordem cultural e econômica, principalmente devido à carência financeira de grande parte das famílias, somando-se a isso a falta de valorização familiar com os estudos dos filhos, onde ainda há pouco incentivo e cobrança por parte dos pais. Sobre o papel das universidades, Ab' Saber destaca:

A universidade tem o direito e o dever de fazer a recuperação do conhecimento acumulado de todas as épocas e ela vai ser mais

considerada, a partir do momento que fizer recuperação em termos do ensino que fizer, e pesquisas sobre coisas que ainda não se pode conhecer. (Ab' Saber, 2010, p. 44)

Os cursos de licenciaturas nas universidades precisam ser reestruturados, muitos outros autores afirmam que há grandes falhas na formação do professor brasileiro. Existem propostas, por exemplo, de incluir como obrigatória uma residência de pelo menos dois anos aos profissionais do magistério, antes de iniciar o exercício pleno da docência.

Perrenoud (2002) destaca novos métodos de ensino que os professores devem desenvolver no século XXI para acompanhar as transformações no mundo e buscar o uso de novas tecnologias para envolver a aprendizagem dos alunos por meio da confrontação com problemas em sala de aula e a observação da sua vivência cotidiana. De acordo com o autor, essa metodologia que os professores precisam desenvolver “servem para mobilizar aquisições prévias, diferenciá-las contextualizá-las e construir novos saberes ou necessidades de formação”. (PERRENOUD, 2002, p. 22). O professor do século XXI precisa está ciente de grande parte das informações repassadas em sala de aula estão disponíveis aos alunos em meios virtuais. Seu papel, portanto, deve ser o de orientador para ajudar os alunos a filtrar as informações importantes para o desenvolvimento intelectual dos discentes.

Pensar que o Brasil já está no caminho certo e que os investimentos educacionais e as políticas de redistribuição de renda e compensações históricas já são suficientes é se acomodar e negligenciar as reformas e melhorias que ainda precisam ser alcançadas. Vesentini (2010, 149) refletindo sobre a excessiva dependência de programas sociais afirma que:

Esse tipo de política não tem muito futuro – vários programas assistencialistas adotados no passado nos países desenvolvidos foram abolidos depois de algum tempo, pois, em vez de dar trabalho e qualificação (estudos) para as pessoas, acostumaram-nas a esperar por essa renda sem se aprimorarem. Na verdade, o grande fator que distribui melhor a renda numa sociedade nacional é a educação, com escolas públicas e gratuitas de boa qualidade – desde o ensino elementar até o superior – e acessíveis a todos.

Como já foi enfatizado, a educação pública brasileira apresenta grandes contrastes, entre as redes mantenedoras municipais, estaduais, federal e particulares. Apesar de ter aumentado a quantidade de matrículas e profissionais formados na rede pública, a qualidade pode ser questionada e a saturação do mercado de trabalho preocupa a ocupação de postos de trabalho. Mas é possível que todas as escolas públicas ofereçam o mesmo padrão de qualidade.

### **3. POR UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**

Diante do quadro atual da educação brasileira, surge uma questão que merece destaque: Se as escolas públicas do Brasil fossem boas, os filhos das elites não estudavam nas melhores escolas particulares. Existe sim uma desigualdade social construída historicamente no país que deve ser corrigida. Medidas paliativas que governos recentes vêm realizando, como aumento desmedido do assistencialismo e cotas sociais e raciais dificilmente irão resolver o problema, mas podem provocar dependência, aumento da corrupção, e ódio entre as classes sociais/raciais. O Brasil precisa de políticas públicas educacionais de Estado, bem fundamentadas e com vistas no futuro.

O Brasil tem sim uma dívida histórica com os mais pobres e os negros que precisa ser sanada. Mas continuar segregando esses grupos no presente não é a solução. Os movimentos sociais tiveram a sua contribuição de reivindicar os direitos de cidadania de todos os grupos sociais. Vale ressaltar que a partir da segunda metade da década de 1990, quando o Estado brasileiro passou por um processo de reformação, com o controle da hiperinflação e a reestruturada da economia, foi possível iniciar o atendimento ao clamor social.

Essa distorção social/racial no Brasil deve ser resolvida hoje a partir da meritocracia. Se um ensino público básico de qualidade for oferecido a toda a população, todos os alunos terão o mínimo das condições para ascender socialmente por seu empenho, esforço e mérito. Filho do patrão e filho da empregada; filho do político e filho do gari, juntos, estudando na mesma escola. Se as condições igualitárias forem justas, as distorções acontecerão entre aqueles que se esforçarem ou não em aproveitar as oportunidades. Mas com certeza serão menores do que as de hoje.

É importante ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996) é o marco que serve de parâmetro para entender os avanços da educação do país. Essa legislação foi se atualizando com o passar dos anos, nem tudo que foi escrito em 1996 aconteceu no ano seguinte, mas a construção dessa diretriz foi se consolidando com o passar do tempo e ainda está em curso. Contudo, muito ainda precisa ser feito. Outro marco importante, que beneficiou diretamente os profissionais do magistério, foi a Lei 11.738, de 17/7/2008, de autoria



do Senador Cristovam Buarque, que definiu conquistas para o Piso Salarial Nacional dos Professores.

O planejamento do sistema educacional em um país complexo como o Brasil, exige uma eficiente cooperação entre as administrações municipais, estaduais, distrital e federal. A ascensão social através do estudo é a forma mais justa para eliminar as desigualdades sociais historicamente construídas. Para isso, é necessário que o governo ofereça uma escola pública gratuita de excelente qualidade para todos os cidadãos. Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 59/2009 definiu que o Plano Nacional de Educação (PNE) deve ser uma exigência constitucional com um interstício de dez anos, e que os demais planos devem tomá-lo como referência.

Nesse documento, está prevista as orientações necessárias para guiar a gestão educacional brasileira, com as diretrizes que vão desde o financiamento público até a execução e o acompanhamento de suas ações. Sua elaboração, discussão e votação, envolvendo representantes dos principais segmentos da educação e da sociedade, mostrou seu caráter democrático e seu amparo legal. No entanto, depois de mais de quatro anos de discussões, o Novo PNE para o decênio 2014/2024 foi aprovado no dia 03/06/2014. É importante destacar que 20 novas metas foram definidas, mas sem que muitas das metas do Plano Nacional de Educação anterior fossem cumpridas.

Dentre as principais propostas para o futuro da educação brasileira, destaco a do professor e ex-reitor da Universidade de Brasília, o cidadão pernambucano, radicado no Distrito Federal, senhor Cristovam Buarque. Sua obra defende *A Revolução Republicana na Educação: Ensino de qualidade para todos*, título de seu principal livro que elenca as ações que precisam ser feitas para que o Brasil se desenvolva, por meio de seu sistema educacional. (Buarque 2011)

O novo PNE figura como uma redação em consonância com os anseios que o Brasil precisa, no entanto, não escapou de críticas, como a possibilidade de dinheiro público financiar a educação privada e a falta de detalhes nas estratégias para que seja possível alcançar as metas propostas. Buarque é um dos autores do projeto de lei que destinaria 100% dos *royalties* Pré-Sal para a educação. Recentemente foi aprovado que 75% desses recursos serão para educação e 25% para saúde. O autor, em um estudo feito com a colaboração do economista Waldery Rodrigues Junior, contabilizou o investimento necessário para a reforma e a estruturação do

sistema educacional brasileiro. Segundo ele, com um investimento médio de 6,4% do Produto Interno Bruto (PIB), em 20 anos a Revolução Republicana na Educação brasileira estaria efetuada. Buarque ainda afirma que investir 10% do PIB hoje no atual modelo de gestão é um desperdício de dinheiro. Fala que os recursos devem ser aplicados em um novo modelo de escola, uma nova escola, proposta por ele (Buarque, 2012).

O documento-base da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2014 relata os anseios dos cidadãos preocupados com a educação brasileira que expuseram suas ideias nos fóruns realizados para debater as propostas das diversas entidades educacionais e segmentos da sociedade civil organizada, que foram aprovadas em cinco ou mais estados. O texto final do documento mostra a importância da participação popular na elaboração de políticas públicas que orientem os caminhos que o governo precisa seguir.

As 20 metas aprovadas no Novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 são:

**Quadro 1: Metas voltadas para a educação básica**

Objeto	Meta		Prazo
Educação infantil	1	▪ universalizar a pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos;	2016
		▪ atender em creches 50% das crianças de até 3 anos;	2024
Ensino fundamental	2	▪ universalizar para a população de 6 a 14 anos;	2024
		▪ garantir que 95% dos alunos concluam na idade recomendada;	2024
Ensino médio	5	▪ alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano;	2024
		▪ universalizar para população de 15 a 17 anos;	2016
Atendimento especializado	3	▪ elevar a taxa líquida de matrículas para 85%.	2024
		▪ universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	2024
Educação em tempo integral	6	▪ oferecer em 50% das escolas públicas, de forma a atender 25% dos alunos da educação básica;	2024
Fluxo escolar e aprendizagem	7	▪ atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6 para anos iniciais do ensino fundamental, 5,5 para anos finais do ensino fundamental e 5,2 para ensino médio;	2021
Escolaridade média	8	▪ elevar para população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar entre negros e não negros;	2024
		▪ elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5%;	2015
Alfabetização	9	▪ erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.	2024
		▪ oferecer 25% das matrículas, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional;	2024
Educação de jovens e adultos	10	▪ oferecer 25% das matrículas, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional;	2024
Educação profissional técnica	11	▪ triplicar as matrículas, no nível médio, assegurando 50% da expansão no segmento público.	2024
Gestão democrática	19	▪ assegurar condições para a efetivação no âmbito das escolas públicas.	2016

Fonte: PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014)

**Quadro 2: Metas voltadas para a educação superior**

Objeto	Meta		Prazo
Matriculas	12	▪ elevar a taxa bruta para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos e expansão para 40% das novas matrículas no segmento público;	2024
Corpo docente	13	▪ ampliar a proporção de mestres e doutores em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores;	2024
Pós-graduação stricto sensu	14	▪ elevar o número de matrículas de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.	2024

Fonte: PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014)

**Quadro 3: Metas voltadas para qualificação e valorização**

Objeto	Meta		Prazo
Formação	15	▪ garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, política nacional de formação dos profissionais da educação;	2015
	16	▪ formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação;	2024
Rendimento médio	17	▪ equiparar profissionais do magistério das redes públicas de educação básica com demais profissionais com escolaridade equivalente;	2020
Planos de Carreira	18	▪ assegurar para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino.	2016

Fonte: PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014)

**Quadro 4: Meta de investimento em educação como proporção do PIB**

Objeto	Meta		Prazo
Investimento público em educação pública	20	▪ ampliar o investimento de forma a atingir 7% do PIB;	2019
		▪ ampliar o investimento de forma a atingir 10% do PIB.	2024

Fonte: PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014)

Disponível em [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos/2014/EST09\\_2014.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos/2014/EST09_2014.pdf) (acessado em 27/11/2014)

É consenso entre os especialistas que a educação em tempo integral é a solução para garantir melhorias na qualidade do ensino público. Mas o que se observa atualmente, com o discurso de muitos professores que trabalham nesse meio, é que alguns programas estaduais e municipais que se consideram inovadores e que implantaram um turno oposto, aumentando a carga horária dos alunos, havendo apenas preocupação com os números educacionais quantitativos, sem nenhuma qualidade importante observada. A explicação para esse fracasso pode ser explicada por falta das orientações dos órgãos competentes e da própria gestão local. Os governos implantam esses programas em prédios sem a mínima

infraestrutura adequada e não paga salários adequados para que os profissionais se dediquem também em tempo integral.

Um importante movimento educacionista fundado em 2006, o *Todos Pela Educação* é outro contribuinte que vem conquistando melhorias para a educação brasileira. Tem como missão garantir que até o bicentenário da independência brasileira (2022), todas as crianças e jovens do país tenham o direito a uma educação básica de qualidade que assegure a base para o seu futuro. Essa organização possui cinco metas, cinco bandeiras e cinco atitudes que precisam ser seguidas para atingir o seu propósito:

**Metas:**

1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos
3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano
4. Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos
5. Investimento em Educação ampliado e bem gerido

**Bandeiras:**

1. Formação e carreira do professor
2. Definição dos direitos de aprendizagem
3. Ampliação da exposição do aluno ao ensino
4. Uso relevante das avaliações na gestão educacional
5. Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação

**Atitudes:**

1. Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento
2. Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola
3. Colocar a Educação escolar no dia a dia
4. Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos
5. Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens

As metas, atitudes e bandeiras propostas por essa iniciativa de educadores vem sendo construídas em debates para conseguir implantar nas legislações vigentes suas reivindicações. Essa ação organizada deveria proporcionar credibilidade, pois trata-se de experiências de profissionais da educação que se dedicam a estudar a realidade do sistema educacional, identificando as falhas e apontando soluções que podem beneficiem a todos.

O professor Buarque começa a sua crítica sobre as desigualdades socioeconômicas da população brasileira relacionando esse fato com a “tragédia” do sistema educacional do país. Ele afirma que “o berço da desigualdade está na desigualdade do berço” (Buarque, 2011, p. 10). Faz em seguida uma analogia com o futebol, onde o Brasil durante muitos anos esteve na primeira posição no *ranking* da FIFA, enquanto o país está na posição 88<sup>o</sup> em um *ranking* educacional apresentado por ele. Segundo o autor, a explicação para isso é simples: “a bola é redonda para todos” (Buarque, 2011, p. 9).

No entanto, é evidenciado que a escola brasileira não é igual para todas as suas crianças. Vai depender da riqueza do município e/ou do estado de nascimento. Depende também se seus pais terão dinheiro para pagar as altas mensalidades das melhores escolas particulares do país. E essa “sorte” representa um “crime” contra milhões de crianças brasileiras que não conseguirão vencer na vida por falta de oportunidades igualitárias.

Por mais que nos anos recentes, por causa da estabilidade econômica, o governo tenha agido no sentido de atender os anseios dos movimentos sociais, e procurando reduzir as desigualdades, os indicadores educacionais e socioeconômicos brasileiros continuam a desejar em comparações efetivas com parâmetros internacionais. O país ainda enfrenta um problema chamado de *fuga dos cérebros*, que acontece devido à infraestrutura tecnológica não dá o suporte necessário para que sejam realizadas pesquisas de ponta, que exigem alta qualidade dos equipamentos nas universidades e outros centros de pesquisas. Essa escassez de recursos afeta diretamente o desenvolvimento da economia do país. O Brasil ainda detém de poucas patentes internacionais de produtos tecnológicos. No mercado internacional, uma boa tecnologia permite uma forte economia. Assim, para que haja desenvolvimento tecnológico, a base da educação e da ciência precisa ser fortalecida. Refletindo sobre esses aspectos, Buarque destaca que:

Nessas condições, o Brasil não se transformará em produtor de capital-conhecimento, nesta época em que esse é o principal gerador de valor e riqueza, nem reduzirá a desigualdade social, em uma época em que a formação educacional é o vetor da igualdade de oportunidades. (BUARQUE, 2011, p. 39)

Para Buarque, existe um “funil” na educação brasileira em que há uma grande diferença entre as crianças que entram na pré-escola e os jovens que conseguem ingressar no ensino superior. Essas disparidades ainda hoje não foram resolvidas e os estudantes das classes sociais menos favorecidas são os que mais abandonam os estudos. A proposta de Buarque para revolucionar a educação brasileira, e assim promover um futuro justo para todos os seus cidadãos e desenvolver o país tem um prazo de 20 anos para que todos os municípios do país sejam *Cidades com Escola Básica Ideal* (CEBIs). Os pontos do seu projeto são:

1. Transferir para o Governo Federal a responsabilidade com a Educação de Base;
2. Criar a Carreira Nacional do Magistério;
3. Criar o Programa Federal de Qualidade Escolar para a Educação Integral em Escola com Horário Integral;
4. Realizar a revolução republicana na educação em todo país;
5. Definir padrões nacionais para todas as escolas brasileiras;
6. Estabelecer uma Lei de Metas para a Educação e uma lei de Responsabilidade educacional;
7. Valorizar muito, formar bem, avaliar sempre, motivar constantemente e cobrar respeito pelo professor da carreira tradicional;
8. Implantar uma Rede de Centros de Pesquisas e Desenvolvimento da Educação;
9. Qualificar a infraestrutura;
10. Proteger as edificações e os equipamentos escolares;
11. Universalizar a frequência às aulas até a conclusão do Ensino Médio;
12. A educação Pós-Básica – universalizar o Ensino Técnico;
13. Envolver a universidade com a Educação de Base;
14. Substituir o Vestibular pelo Programa de Avaliação Seriada;
15. Criar o Cartão Federal de Acompanhamento Escolar;
16. Erradicar o analfabetismo no Brasil;
17. Criar um Sistema Nacional de Avaliação e Fiscalização da Educação de Base;
18. Garantir o envolvimento das famílias e os meios de comunicação na revolução educacional;

19. Implantar um Sistema de Premiação Educacional;
20. Implantar o Sistema Nacional Público de Educação de Base;
21. Retomar o Programa Educa Brasil;
22. O Pacto da Excelência. (BUARQUE, 2011, p. 7-8)

É importante frisar que essas ideias foram construídas ao longo de mais de 20 anos dedicados à causa educacional, com debates acadêmicos, e foram publicadas em dezenas de livros, apresentadas ao governo federal diversas vezes e com tentativas de inseri-las nos dois Planos Nacional de Educação mais recentes. Por fim o autor apresenta os custos e de onde deve vir o financiamento para implementar no Brasil essa revolução na educação, sendo que o custo de não fazer será muito mais caro e danoso para o futuro do Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com essa pesquisa foi possível fazer uma relação direta entre a qualidade do sistema educacional de um país com os indicadores socioeconômicos do seu povo. O Brasil possui índices educacionais que ainda deixam a desejar. Ficou evidenciado que o país precisa adotar reformas profundas em sua educação para garantir um pleno desenvolvimento futuro. Esse trabalho espera levantar os debates nas universidades e nas redes mantenedoras de ensino sobre o quadro do ensino básico das escolas públicas brasileiras. Durante muito tempo o mundo acadêmico se preocupou apenas com a pesquisa. Deve-se aproveitar que no momento atual o ensino vem ganhando destaque e buscar melhorias que contribuam efetivamente para o progresso da educação e o desenvolvimento pleno do país.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SABER, Aziz Nacib. **Revista Conhecimento Prático: Geografia**. Entrevista com o geógrafo brasileiro Aziz Nacib Ab' Saber, por Maria Rehder. Edição 29. Fevereiro/2010. São Paulo: Editora Escala Educacional, 2010.

Almanaque Abril 2014. Editora Abril, 2014.

BUARQUE, Cristovam. **A Revolução Republicana na Educação: Ensino de qualidade para todos**. Brasília: Moderna, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação integral de qualidade para todos os brasileiros**. Federalizar? Brasília, publicação independente, 2012.

DOUGLAS, William; GOMES, Nataniel. **Arte da Guerra para Professores: estratégias vencedoras para o exercício do magistério**. Niterói, RJ: Impetus, 2012.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. Professor como pesquisador: o enfoque da pesquisa-ação na prática docente. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. 2ª ed. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 153-181.

PERRENOUD, Philippe; THURLER, Monica Gather (org). **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da educação**. Tradução Cláudia Schilling e Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Dá Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed., 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS; SOUZA; SCARLATO; ARROYO (org.). **O novo mapa do mundo**. Fim de século e globalização. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Relatório Education for All Global Monitoring Report, 2013/4

VESENTINI, José William. **Geografia: o mundo em transição: ensino médio**. Volume 3. São Paulo: Ática, 2010.

VESENTINI, José William. **Geografia: o mundo em transição: ensino médio**. Volume 2. São Paulo: Ática, 2010.

ZEICHNER, Kenneth M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. 2ª ed. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 207-236.

Revista Exame, As 100 melhores universidades do mundo. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/as-100-melhores-universidades-do-mundo-segundo-o-qs>> acessado em 10 de novembro de 2014.

Inep, Ideb – resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2834168> acessado em 23 de setembro de 2014

<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb> (acessado em 25 de setembro de 2014)

<http://thelearningcurve.pearson.com/index/index-ranking> (acessado em 15 de setembro de 2014).

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/11/121127\\_educacao\\_ranking\\_eiu\\_jp](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/11/121127_educacao_ranking_eiu_jp) (acessado em 20 de setembro de 2014)

<http://www.todospelaeducacao.org.br/>

[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos/2014/EST09\\_2014.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos/2014/EST09_2014.pdf)

<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-geral-2010.jpg>

[http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DH](http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH)